

REALIDADE AGRÍCOLA, AGRÁRIA E EDUCACIONAL, COMO FUNDAMENTOS PARA O CADERNO DA REALIDADE UTILIZADO NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.

Maria Célia Fiorini – Fanorte

Solange Dalvi – Fanorte

APRESENTAÇÃO

Este estudo toma como foco central de análise o instrumento didático pedagógico denominado Caderno da Realidade. Para esta análise, partimos prioritariamente de três pontos: a realidade agrícola, agrária e educacional do Brasil. Buscou-se conhecer o histórico da Pedagogia da Alternância e o objeto deste estudo, o Caderno da Realidade, por visualizar nele possibilidades de uma objetivação da realidade rural, uma vez que os educandos registram nele suas idéias sobre a vida cotidiana. Refletindo também sobre os seus objetivos didáticos, bem como fazendo uma análise das práticas e angústias vividas na escola, ao mesmo tempo em que se busca dialogar teoricamente com Paulo Freire e Lev Vygotsky fundamentando-o.

O presente trabalho baseia-se nos pressupostos de uma educação do campo, que considera esta realidade e se põe como mecanismo de resistência aos processos de exclusão social; tomando como **objetivo geral**: Buscar fundamentação histórica e pedagógica para o Caderno da Realidade no contexto da Pedagogia da Alternância; e especificamente objetivou-se: a) Compreender a realidade quanto à questão agrícola e agrária de uma perspectiva teórica e também empírica no município de Jaguaré; b) Situar teoricamente o debate nacional por uma educação destinada à população do campo; c) Analisar o contexto histórico da Pedagogia da Alternância e do Caderno da Realidade e; d) Apontar perspectivas teóricas que fundamentem as práticas educativas contidas em todo o processo de produção do Caderno da Realidade.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista não-padronizada. Entende-se por pesquisa bibliográfica aquela que é desenvolvida com base nos objetivos previamente estabelecidos, necessitando embasar-se em obras que abordem a problemática a ser pesquisada. Desta forma, afirma Gil (1991 p. 63): *"desde que se tenha decidido que a solução de determinados problemas deverá ser procurada a partir de materiais já elaborados, procede-se à pesquisa bibliográfica"*. Assim, no decorrer das leituras, o texto produzido tem como características ser uma síntese da obra, enquanto as citações extraídas expressam o pensamento de autores, com as devidas análises sobre a temática.

Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se suporte na pesquisa documental. Essa por sua vez, segundo Gil, (1991, p.83): *“exige a consulta a arquivos públicos, á imprensa, a arquivos particulares, etc”*. Podendo no decorrer de seu desenvolvimento necessitar que o pesquisador realize a análise de seus dados. Isto porque, segundo Gil, (1991, p. 51) *“a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de pesquisa”*.

Na busca da compreensão do objeto deste estudo fez-se necessário a análise de 08 Cadernos da Realidade pertencentes a ex-alunos da Escola Comunitária Rural de Giral de diferentes anos letivos, a fim de verificar as mudanças que este instrumento sofreu ao longo dos tempos de 1990 a 2003, bem como, a análise da fita VHS de Marta Kohl de Oliveira, com o tema Lev Vygotsky, procurando associar as atividades vivencias contidas no Caderno da Realidade (Ficha de Pesquisa, Visita de Estudo) à luz da teoria vygotskyana, buscando uma melhor visualização do processo de escrita, abordando a importância da ilustração na busca da compreensão da realidade. Assim, ressalta Gil, (1991, p. 53): ***“algumas pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes, não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporciona melhor visão deste problema [grifo nosso]”***.

Utilizou-se ainda a entrevista não padronizada, classificada como focalizada, sendo esta compreendida, por Lakato, (1991, p. 195): *“um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto”*. Essa pesquisa buscou-se por meio da verbalização contribuir na coleta de dados.

REALIDADE AGRÍCOLA, AGRÁRIA E EDUCACIONAL.

Pensar a realidade agrícola, agrária, e educacional do campo, é sem dúvida refletir sobre as mudanças ocorridas na sociedade, entre elas a Revolução Científica e Tecnológica que mudou as técnicas de produção, transformando subitamente o cotidiano das pessoas.

Neste contexto a agricultura brasileira vem agravando a exploração predatória, principalmente dos recursos naturais renováveis e não-renováveis. Com a chamada Revolução da Agricultura, começaram a acontecer mudanças profundas neste setor, introduzindo a mecanização e os insumos químicos. Estas novas tecnologias mudaram completamente as formas de produzir e o jeito de viver dos agricultores; trazendo conseqüências cada vez maiores, por meio de investimentos determinados pelas indústrias, aumentando o lucro dessas empresas e o endividamento dos agricultores. O uso maciço de agrotóxicos cria novos desequilíbrios no meio ambiente com novas pragas e doenças resistentes aos venenos já usados. Como se não bastasse tudo isso, sob a imposição neoliberal, se expande o agronegócio, este, compreende ao conjunto de empresas capitalistas, que controlam os processos de produção no campo.

O agronegócio é um sistema latifundista, centralizando a terra e o capital nas mãos de poucos, visando apenas o lucro dessa minoria. Assim, manipulam a tecnologia e o mercado, produtor e consumidor, “ditando” o que pode ou não ser feito.

Nesse processo de desenvolvimento, o meio rural sofreu e sofre transformações intensas, que ocasionaram ao longo do tempo problemas de aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. Assim, a população do meio rural se torna esquecida, porque historicamente o meio rural só foi visto pela *“lógica do desenvolvimento urbano-industrial, portanto marginalizadora do campo”* (MOREIRA, 2000, p. 12).

No decorrer dessa modernização, o Espírito Santo também sofreu ao longo de sua história a implantação de grandes projetos industriais (eucaliptos, cana-de-açúcar e outros), fazendo com que o meio rural passasse por um processo de transformação, ocasionando problemas desastrosos para a população rural capixaba.

O município de Jaguaré que fica localizado ao Norte do Estado do Espírito Santo é um município economicamente agrícola, pois nessa localidade concentra-se um número razoável de pequenas propriedades rurais. De acordo com o Censo Demográfico de 1996 há uma população de 17.626 habitantes. Desse total, 9.414 (53,4%) residem em áreas rurais e 8.212 (46,6%) em áreas urbanas. O Censo Demográfico de 2000 (IBGE) apresenta uma população de 19.539 habitantes, agora ocorrendo uma inversão do rural e urbano, sendo que 10.699 (54,7%) residem nas áreas urbanas, e 8.840 (45,3%) em áreas rurais.

Jagaré é considerado o maior produtor de café conillon do Brasil. Segundo Cruz, (2004, p. 27): *“o café conillon representa de 60% a 65% da receita do município”*. Embasados nesta afirmativa percebe-se que a agricultura predominante neste município é de exportação, servindo de marketing para o município, atraindo desta forma aqueles que estão em busca de trabalho e melhores condições de vida. Assim:

A migração do Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia, se dá precisamente em épocas de colheita, muitas vezes ficando tempo permanente pela oportunidade de serem aproveitadas como mão-de-obra na agropecuária. Essa inversão no crescimento urbano pode ser observada no aumento das favelas, nas ocupações desordenadas, nos loteamentos irregulares, isso é o resultado do crescente êxodo rural (CALIARI, 2002, p. 54).

A base da economia do município de Jaguaré desde sua colonização é a agricultura, sendo o café sua principal cultura. Porém, com a descoberta do petróleo a economia cresceu, e segundo Cruz, (2003, p. 28): *“estando este entre os maiores produtores de petróleo do estado, sendo que os royalties repassados aos cofres públicos correspondem a aproximadamente 800 mil reais”*.

E de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2002, Jaguaré possuía 1196 propriedades rurais, sendo que 1.075 propriedades estão entre pequenas propriedades e minifúndios, ocupando uma área de 23.891,4 hectares. Restando 121 propriedades, sendo elas médias e grandes, correspondendo a 26.257,4 hectares. Pelo que foi apresentado, percebe-se que o município embora apresente características agrícolas viáveis, a estrutura agrária não é satisfatória, pois se percebe uma concentração de terra nas mãos de poucos proprietários.

Este município é formado por várias comunidades, entre elas a Comunidade do Jirau, que se localiza a 12 km do centro da cidade. Sua estrutura agrícola e agrária é marcada por pequenas propriedades rurais. Nessas propriedades se cultivam culturas de auto-sustento e perenes integrando a esse sistema criações de animais. Mesmo com boa produção percebe-se uma dependência do café (monocultura), baseada no modelo capitalista que defende o uso de agroquímicos em sua produção, e de acordo com Cruz, (2004, p. 38): *“em Jaguaré [...] os agricultores que usam a agricultura moderna ou convencional estão na ordem de 95%”*. Diante da realidade exposta, surge uma esperança frente esse modelo de agricultura convencional por meio de alguns agricultores preocupados com a biodiversidade, o respeito a terra, à vida, passando a trabalhar harmonicamente com a natureza. Assim:

A agricultura orgânica tem um impacto muito positivo sobre os conjuntos dos componentes do meio ambiente e sob a construção de redes ou arranjos produtivos locais que contribuem para a conformação ou consolidação de um território. Isso porque a agricultura orgânica é, em geral, considerada como uma atividade que atende as exigências de proteção do meio ambiente, ao mesmo tempo em que realiza uma produção de alimentos de qualidade com alto valor agregado, exigindo a construção de redes que permitam a sua diferenciação e valorização (CARNEIRO, 2003, p. 45).

A agricultura orgânica aparece como forma de contribuir para o fortalecimento dos agricultores diante das dificuldades enfrentadas pelo processo de modernização da agricultura. Por outro lado, existe uma outra preocupação com o futuro desta comunidade em relação ao crescente número de famílias, isto porque os filhos ao se casarem permanecem ao lado do pai na terra deixada por herança e a divisão de terra torna-se cada vez menor. Daí a necessidade de uma reforma agrária nacional que contemple uma política de aquisição de novas terras para os jovens.

Neste contexto, surge o estudo voltado para a Educação do Campo, visando assumir a totalidade dos processos sociais, tendo como desafio combinar a Reforma Agrária, agricultura camponesa, com as lutas populares defendendo a superação da dicotomia entre urbano e rural e a não aceitação de “pacotes” para a agricultura.

A educação rural nunca foi interesse do governo brasileiro, pois o ensino que é oferecido a este povo é oriundo de uma cultura excludente e seletiva, assim para se morar no meio rural não é necessário que

sua população saiba ler, muito menos escrever. Com essa ideologia dominante, o ensino oferecido aos agricultores contribuiu para a sua exclusão, porque não leva em conta a realidade, onde ele está inserido, mesmo sabendo que a educação é um direito de todos. A população rural deseja uma educação básica que propicie aos jovens uma formação integral, que associe elementos gerais, universais a elementos particulares, contextuais. Assim:

Quando dizemos Educação Básica do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que não apenas esteja no campo, mas que sendo do campo, seja uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, a cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos sociais do movimento do campo (ARROYO, 1999, p. 79).

PRINCÍPIOS TEÓRICOS E RESULTADOS OBTIDOS COM O CADERNO DA REALIDADE.

A Pedagogia da Alternância, desenvolvida em vários estados brasileiros, surgiu na França em 1935, em um período em que a economia francesa passava por uma forte crise. Havia entre os pais uma preocupação com a vida e o estudo dos filhos, uma vez que esse ocorria na cidade. A alternância nasce do povo a partir da realidade sociocultural e educacional da época, objetivando a não reprodução do discurso de inviabilidade do meio rural.

A Escola Família Agrícola (EFA), no Espírito Santo, foi implantada numa época em que o regime político era autoritário e os movimentos sociais comprometidos com a luta dos povos sofriam ameaças. As Comunidades Eclesiais de Base (Ceb's), juntamente com as organizações sociais, líderes rurais, pastoral paroquial e diocesana, padres jesuítas, colaboraram e apoiaram o Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo a implantar a Pedagogia da Alternância no Estado, promovendo a formação integral do homem/meio rural, pois havia um crescente êxodo rural, provocado pelo empobrecimento cultural do meio, desvalorização sociocultural do homem do campo e a implantação de grandes projetos complexos agroindustriais capixabas.

A fim de expandir esse ensino voltado para o campo, nasce fruto do trabalho de base ajudado pela Escola Família Agrícola e da organização das comunidades rurais junto com o município em 1990, em São João Bosco e Giral, as Escolas Comunitárias Rurais de Jaguaré, localizadas ao Norte do Estado do Espírito Santo. Mostrando que:

No bojo das discussões realizadas para a montagem do projeto das Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), as comunidades definiram a escola que queriam, dizendo que características deveriam ter para atender aos anseios da população do campo. [...]. Partilhavam, assim, as responsabilidades sobre a criação e gestão, bem como sobre o Projeto Pedagógico das Escolas Comunitárias Rurais. (UNICEF, 2003, p. 32).

As Escolas Comunitárias Rurais, assim como as Escolas Famílias Agrícolas, adotam em sua metodologia a Pedagogia da Alternância, utilizando diversos instrumentos pedagógicos que contribuem para alcançar o êxito de seus objetivos, sendo eles: Ficha de Pesquisa, Visita de Estudo, Caderno de Acompanhamento, Atividade de Retorno, Cursinhos e Caderno da Realidade.

O Caderno da Realidade é um instrumento importante para a tomada de consciência da realidade, pois provoca a aprendizagem, contribui para o desenvolvimento completo do homem, favorecendo o amadurecimento intelectual e psíquico do aluno. Isto porque este instrumento possibilita aos estudantes passarem pelas diferentes fases da consciência: mágica, ingênua, fanatizada e crítica. Sendo que nem todos alcançam este resultado.

Ao passar pelo amadurecimento das fases da consciência o ser humano torna-se crítico. A consciência crítica (Oliveira, 1986) permite interpretar a realidade, tornando-se um ser participante do processo histórico e não mais apenas expectador, procurando libertar-se de todas as formas de opressão. Assim, cabe ao estudo da Pedagogia da Alternância propiciar ao jovem sentir-se sujeito ativo perante a sociedade, ajudando-o a despertar a sua consciência crítica.

O Caderno da Realidade não pretende mudar totalmente o momento teórico, mas trabalhar como subsídio complementar, pois trabalhar esses momentos separadamente seria insuficiente para a formação individual completa do aluno. Os erros gramaticais contidos são melhorados após a correção do monitor, mas há alunos que continuam repetindo os mesmos erros e quando questionados oralmente conseguem percebê-los.

Desse modo, o Caderno da Realidade contribui no desenvolvimento da leitura e da escrita, porque para realizá-las é preciso que o educando coordene suas idéias e segundo Silva, (2004, p. 645): *"a linguagem escrita exige portanto um nível de abstração da criança [...] pois é insenta de entonação, sonorização, expressividade e interlocutor"*. Esse processo de abstração acontece devido ser a representação da fala/pensamento em palavras, distanciando-se do mundo real. Sendo uma das dificuldades pela qual muitos educandos enfrentam no momento da transcrição. Outra dificuldade encontra-se relacionada ao fato de que há alunos que apresentam um processo de aprendizagem mais lento, sendo necessário respeitar as singularidades de cada sujeito. Com relação à escrita o entrevistado "A" (2005) afirma que: *"precisamos que o jovem se expresse mais por escrito, porque a nossa cultura é muito oral e a mídia colabora ainda mais, tudo é muito visual e escrever ficou complicado"*.

O exposto revela uma das dificuldades pedagógicas que a alternância enfrenta. Portanto, acredita-se que ao buscar analisar a importância do Caderno da Realidade para a compreensão do "mundo rural" em que o jovem está inserido, a partir de Freire e Vygotsky, e por entender que a teoria pode ser uma

possibilidade coerente com o movimento Por uma Educação do Campo e com os princípios da Pedagogia da Alternância, e ainda por fornecer a esse movimento e a essa pedagogia subsídios imprescindíveis para compreendê-la e fecundá-la objetivando a transformação da realidade agrícola, agrária e educacional, bem como, buscar meios de atender as dificuldades de aprendizagem que os educandos apresentam. Por isso, se aposta na compreensão teórica desses autores em consonância com a práxis da alternância.

Dentro da Pedagogia da Alternância há uma forte ligação do pensamento de Freire, sobretudo no modelo de Educação Popular diferenciado das escolas regulares, ditas tradicionais, pois, por meio da alternância busca-se uma interação entre casa/escola, onde o educando possa desenvolver a sua aprendizagem. A alternância permite ao jovem viver reflexivamente em comunidade, uma vez que busca a promoção do homem do campo, sobretudo do camponês, por meio do desenvolvimento e da defesa de práticas agrícolas que possibilitam o agricultor conviver de forma harmônica com a natureza, tendo em vista a preservação dos recursos naturais e a preocupação com a segurança alimentar, defendendo uma agricultura que não seja baseada no aumento de produção, mas sim, na defesa da agregação de valor aos produtos colhidos pelas famílias.

O Caderno da Realidade precisa contribuir para que sejam repensados os problemas que o campo vem enfrentando, a fim de incentivar os jovens e suas famílias a se organizarem em grupos, bem como, desenvolver práticas agrícolas que possibilitem o campo ser um lugar propício para viver.

Ao buscar compreender o Caderno da Realidade baseado em Vygotsky é por acreditar que “o desenvolvimento humano à convivência social”.(OLIVEIRA, 2003), priorizando o diálogo, permitindo ao educando se expressar, discutindo, compartilhando seus conhecimentos e experiências; bem como, adquirir conhecimentos advindos de experiências de outras pessoas. Ainda para Vygotsky, segundo Oliveira (2003): “*aprende-se pela experiência direta ou pela mediação. Grande parte da ação do homem é mediada pela ação do outro*”. Nesse contexto, a Ficha de Pesquisa, elemento necessário na confecção do Caderno da Realidade, é um instrumento metodológico que proporciona ao jovem conhecer a realidade pela experiência e mediação de outros sujeitos.

Para melhor compreender o processo de desenvolvimento do sujeito Vygotsky, apud Oliveira, (2003): afirma que “[...] é preciso olhá-lo de maneira prospectiva e não retrospectiva”, no sentido de que na maioria das vezes centralizamos nosso olhar no conhecimento já adquirido. Nesta lógica, enfatiza a importância da intervenção pedagógica acontecer embasada no conhecimento que ainda não foi adquirido pelo educando. Essa afirmação é mais bem compreendida ao analisar a zona de desenvolvimento real, potencial e proximal.

Vygotsky denomina zona de desenvolvimento real como sendo as ações que o educando consegue fazer sozinho, aprendizado já internalizado. Já a zona de desenvolvimento potencial diz respeito às ações que a criança consegue realizar, necessitando da ajuda de outras pessoas. Assim, entre aquilo que já está pronto e o que está por vir é que Vygotsky chama de desenvolvimento proximal. O conhecimento do nível de desenvolvimento em que o aluno se encontra é fundamental para trabalhar o que ainda precisa ser aprendido, para poder avançar no aprendizado.

Neste contexto, vale ressaltar que o Caderno da Realidade surgiu em um período em que a escola em alternância atendia a um público jovem tendo a idade variando acima de 14 anos, cuja intervenção pedagógica referente à zona de desenvolvimento se dava de maneira diferente da atual. Hoje, porém, os educandos que ingressam nas Escolas Comunitárias em sua maioria são crianças ou pré-adolescentes com idade a partir dos 09 anos, sendo necessário que a intervenção pedagógica aconteça de forma mais direcionada possível, permitindo ao jovem agir, dialogar, expressar sua forma de ver o mundo, sendo sujeito ativo no seu desenvolvimento.

Por meio das problemáticas abordadas, verifica-se que esse instrumento precisa ser revisto, pois no decorrer do tempo ele foi transformado em uma pasta, onde se arquivam os Planos de Estudos ou Fichas de Pesquisas. E de acordo com o entrevistado “A” (2005): *‘estes Planos de Estudos não são interligados entre si’*. Precisando fazer com que esta ferramenta trabalhe interligada e que juntos proporcionem conhecer a realidade. É fundamental que os Centros em Alternância procurem desenvolvê-lo associando-o à idade dos jovens.

Deve-se considerar, no entanto, que há uma necessidade de repensar este instrumento nas Escolas Comunitárias Rurais, procurando inseri-lo no desenvolvimento de projetos finais realizados em cada série. Há uma necessidade de solicitar junto aos educandos a realização, a cada ano, de uma avaliação, relatando os conhecimentos adquiridos, tendo por base o Caderno da Realidade Sugere-se ainda que as equipes retomem a cada início de ano letivo a discussão referente a esse instrumento de estudo, verificando na prática os avanços obtidos e os pontos que mereçam ser aprofundados. Nessa perspectiva o Caderno da Realidade precisa ser repensado nas escolas, pois desempenha uma função essencial na busca da compreensão da realidade e representa uma forma concreta que possibilita ao jovem a tomada de consciência, bem como refletir de forma crítica a sua realidade.

REFERÊNCIAS.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Perez, 2004.

CALIARI, Rogério Omar. **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local**. Lavras: UFLA, 2002.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, S. Renato. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CRUZ, Nelbi Alves. **(RE) significando a relação pais-monitores no cotidiano da Escola Comunitária Rural Municipal de Jaguaré-Espírito Santo**. 2004.217 f. Dissertação (mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MOREIRA, Flavio. **Formação e Práxis dos professores em Escolas Comunitárias Rurais: Por uma Pedagogia da Alternância**. 2000.184 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

OLIVEIRA, Edmardo Serafim de. **Estágio da Consciência segundo Paulo Freire**. Interação. São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Lev Vygotsky**. São Paulo: Produção. ATTA Mídia e Educação, 2003.

SILVA, Flávia Gonçalves da DAVIS, Claudia. **Conceito de Vigotski no Brasil**: Produção divulgada nos Cadernos de Pesquisa. Caderno de pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, 2004.

UNICEF. **Educação e Desenvolvimento Municipal**: as Escolas Comunitárias Rurais. São Paulo: UNICEF, 2003.